

# Historiografia da educação especial/inclusiva no município de Cametá

Alice Marques Assunção<sup>1</sup>

Railma Santiago Costa<sup>2</sup>

Resumo: O presente trabalho busca enfatizar os resultados da pesquisa que objetivou (re) fazer o percurso historiográfico da implementação da educação especial/inclusiva no município de Cametá – Pará. A pesquisa foi resultado do trabalho de campo desenvolvido pelas acadêmicas do Curso de Pedagogia, da turma 2017, Intensivo, Campus Universitário do Tocantins – Cametá/UFPA, dentro das atividades da disciplina História da Educação Brasileira e da Amazônia. O estudo fundamentou-se em autores que falam sobre histórias orais como Alberti (1989), historiografia Rago (1995), Lakatos (2003) sobre pesquisa de campo, e Mazzotta (2005) sobre educação especial/inclusiva, dentre outros. A coleta de dados ocorreu através do mapeamento de artigos e narrativas de atuais professores que atuaram/atua na educação especial/inclusiva do município, através da realização de entrevistas semiestruturadas. Os resultados revelaram uma carência no registro escrito da história da Educação especial/inclusiva do município que se trata de um importante passado esquecido e não registrado para a História da Educação local. O trabalho buscou a partir de relatos orais recuperar e registrar um pouco dessa história e desse modo contribuir para as questões do presente que desafiam a educação Especial/Inclusiva no município.

Palavras-chave: Educação Especial/Inclusiva. História. Cametá.

## INTRODUÇÃO

Pensar e refletir a educação especial/inclusiva é contextualizar que esta vem sendo direcionada como uma modalidade de ensino que engloba uma cadeia de serviços e recursos de âmbito educacional que focalizam o atendimento e apoio às pessoas com necessidades educacionais especiais (NEEs), permitindo-lhes educação de qualidade e garantindo seu papel de cidadão enquanto indivíduo de direitos como a Constituição de 1988 declara.

Assim, observa-se que as pessoas com deficiências viveram em um cenário de preconceito e discriminação, à margem da sociedade, tendo seus

---

<sup>1</sup> Aluna do curso de Pedagogia 2017 Intensivo Campus Cametá/UFPA. E-mail: alicemarques\_07@hotmail.com

<sup>2</sup> Aluna do curso de Pedagogia 2017 Intensivo Campus Cametá/UFPA. E-mail: railmasantiago2825@gmail.com

direitos negados ou até mesmo taxados e julgados como seres incapazes, e estes se comprovam através de uma análise histórica dos tempos, contextualizando a Antiguidade especificamente na Idade Média, onde devida à forte influência religiosa e grande domínio da igreja, estes eram idealizados como imperfeitas obras de bruxarias e castigos de Deus. Nesse sentido Mazzotta (2005, p.16) preconiza que:

No século XVII as noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas ao misticismo e o cultismo, não havendo base científica para desenvolvimento de noções realistas. O conceito de diferenças individuais não era compreendido ou avaliado. As noções de democracia e igualdade eram ainda meras, centelhas de na imaginação de alguns indivíduos criadores.

Em relação a esse contexto, é imprescindível dissertar que a educação especial na perspectiva inclusiva desde seu contexto histórico, caracteriza-se como sendo uma luta importante por direitos, pela superação de julgamentos discriminatórios e que muitas vezes se evidencia a partir de práticas de desumanização.

Todavia, a historiografia surge como meio para preencher a necessidade que o mundo moderno traz consigo de registrar fatos que ocorreram ou que estão acontecendo na sociedade, fatos estes que antes não tinham nenhuma forma de registro, uma história que só poderia ser contada por pessoas idosas e quando estas faleciam, levavam consigo todo conhecimento que tinham a respeito de determinada situação importante vivida na sua época. É como uma forma também de organizar o passado, datando todos os eventos ocorridos ao longo da história, que contribuíram tanto positivo, quanto negativamente para a sociedade.

Surge assim com o historiador a responsabilidade de recontar estes fatos, primeiramente de forma que o historiador venha compreender o que aconteceu, dando significado a estes eventos e apontando assim a sua importância para o momento em que se está vivendo, mostrando como uma conquista no passado contribuiu muito para as conquistas presentes e quão importantes estas foram para a sociedade. Desta forma, o historiador estará recontando os fatos passados numa linha cronológica ou argumentativa, deixando explícito a todos, os acontecimentos. A esse respeito Foucault apud Rago (1995) diz que:

De uma certa maneira, quanto mais a modernidade desmanchava no ar o que estava mais ou menos sólido, tanto mais nos agarramos à necessidade de organizar o passado, arrumando todos os eventos e seus detalhes na totalidade enriquecida, embora pré-estabelecida. Trata (va) – então, para o historiador, de compreender o passado, recupe-

rando sua necessidade interna, recontando ordenadamente os fatos numa temporalidade sequencial ou dialética, que facilitaria para todos a compreensão do presente e a visualização de futuros possíveis. (p.68)

Assim, esta pesquisa é de suma importância para a sociedade, pois além de recontar os fatos ocorridos há muitos anos, onde ocorreram quando ainda nem eramos nascidos e que pesam muito atualmente para nossa formação e conhecimento da história, a historiografia vem dar voz a sujeitos esquecidos e que não tiveram o importante reconhecimento naquela determinada época e que hoje tem um papel fundamental na história da educação brasileira, indivíduos que foram esquecidos, calados e negligenciados, mais que com muitas lutas conseguiram ser reconhecidos, e perante a sociedade puderam ser ouvidos e pensados por muitos historiadores de várias épocas como Foucault, e que influenciaram muito na construção histórica destes como se afirma:

[...] Foucault projetou luz sobre campos até então ignorados pela historiografia – seja por serem considerados como “perfumarias” remetendo à superfície da super estrutura, seja simplesmente por nem se quer serem percebidos como capazes de serem historicizados – e criou expressões capazes de traduzi-los e pensa-los [...] (RAGO, 1995, p.70)

Desse modo, Foucault é tido como pioneiro na forma de reverenciar pessoas esquecidas na história da educação, pois busca destacá-las do anonimato, colocando-as em evidência na história, que por algumas limitações podem parecer não ter importância à sociedade de modo geral e por muitas vezes são deixados à margem, sem oportunidades de socializarem-se com outras pessoas, por isso tal autor pensou e estudou suas histórias e traduzindo-as com sua importância sem discriminá-las ou marginalizá-las.

A inclusão de pessoas com deficiência está garantida por lei. De acordo com a LDB nº 9394/96, o poder público dispõe sobre o atendimento de pessoas com necessidades especiais na rede pública de ensino. Todavia, a educação especial/inclusiva tem o desafio de integrar todas as crianças sem discriminar, abrangendo não só uma parte, mas um todo, haja vista que todas as crianças com deficiência têm os mesmos direitos das outras crianças ditas “normais”. Partindo dessa perspectiva, observa-se a importância de investir em profissionais qualificados para nortear a realidade das mesmas, para que elas possam ter um rendimento adequado e, conseqüentemente, o desenvolvimento escolar.

A importância desse levante histórico relacionado ao conhecer da educação especial inclusiva em Cametá, nortea-se como fonte de memórias

ricas de informações, de resgates de uma história pouco conhecida ou até mesmo desconhecida por seu povo, lembranças que residem em experiências de sujeitos que foram de fundamental importância para esse capítulo tão importante para a história não só da educação no município como também para o contexto histórico deste.

Contudo, nos deparamos com a ausência de registros escritos sobre a problemática aqui discutida, e que este trabalho objetivou pesquisar e fazer um esboço do registro dessa história dentro dos limites da disciplina, o que se pretende ampliar em trabalhos futuros.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa foi realizada em Cametá<sup>3</sup>, município localizado à margem esquerda do Rio Tocantins, localidade de rica cultura e diversidade natural, importante berço do motim popular Cabanagem e resistência dos índios Caa-mutá, no qual este traduzido da língua tupi deu origem ao nome do município Caa-mutá: Cametá.

O processo de pesquisa foi iniciado a partir de estudos bibliográficos, por meio da análise de obras de autores como Alberti (1989), Foucault apud Rago (1995), Lakatos (2003) e Mazzotta (2005), que deram aparato para fundamentação teórica, entendimento de conceitos, e futuras discussões da problemática apresentada. Posteriormente realizou-se uma pesquisa de campo, a fim de identificar se havia registro escrito da história da Educação Especial/Inclusiva no município. Esse procedimento foi importante porque além de permitir o encontro com possíveis sujeitos da pesquisa, revelou-se a carência de informações. Neste sentido, Lakatos (2003) ao referir-se à pesquisa de campo, afirma que,

[...] é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (...) Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes, para analisá-los. (p. 186).

A coleta de dados da pesquisa de campo constitui-se na realização de entrevistas, as quais capturaram os relatos orais de 02 (duas) professoras que foram de fundamental importância para o resgate da parte histórica da educação do município. Os dados foram coletados através de entrevistas se-

---

<sup>3</sup> FONTE: IBGE/2018.

miestruturadas que depois foram transcritas e analisadas. Assim, salienta-se que história oral é:

Um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica,...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjuntura, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1989: 52)

Contudo, a história oral se caracteriza como importante fonte para preencher lacunas no campo de pesquisas e que carecem de registros escritos oficiais. E para dar visibilidade e destaque a sujeitos importantes, porém esquecidos e pouco valorizados na história da educação brasileira.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi feita por finalidade para salientar que o contexto da educação na perspectiva inclusiva no município de Cametá há carência de documentações registradas e disponíveis. Por isto, lançou-se mão dos relatos orais de importantes personagens que fizeram parte dessa memória esquecida, a fim de sistematizar parte dessa importante história.

Em resgate de memórias da historiografia da educação especial inclusiva em Cametá, contou-se com ajuda e a contribuição de 02 duas professoras (professora A e professora B) que participaram desse momento, relatando assim que esta modalidade de ensino surgiu no município na década de 80 (oitenta) com início na alfabetização e passando pelo processo de integração nas escolas, onde todas as deficiências eram atendidas.

Nós atendíamos essas pessoas num local chamado Espaço Miriti, na Travessa Floriano Peixoto, bairro São João Batista, ali perto da catedral, na Praça dos Notáveis, bem do lado onde agora funciona um cursinho pré-vestibular, que se não me engano é Integral o nome, pois é, era lá, não sei se ainda funciona algo lá, era nesse lugar que nós tínhamos a principal missão de alfabetizar esses alunos, para que eles assim pudessem ser inseridos nas escolas pelo processo de integração. (Professora A)

Na evocação de valiosas memórias, estas mencionaram que no município havia algumas escolas que funcionavam com esta modalidade, citam-se como exemplos as escolas de ensino fundamental Governador Alacid Nunes (antigo GEAN, onde atualmente funciona a Universidade Aberta do Brasil – UAB) e General Osório, e a de esfera estadual Professora Osvaldi-

na Muniz, todas sempre com a limitação de recursos ou muitas vezes com a falta deles, com ênfase no processo de integração, com pouco intuito de inclusão, realidade ainda persistente em algumas escolas deste imenso Brasil, cenário que insiste em ocorrer apesar de tanto aparato legislativo, bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no Art. 58 destaca:

Art.58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular pra atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

No artigo nº 59 da LDB, também enfatiza o importante papel que os sistemas de educação têm de assegurar aos alunos deficientes conteúdos, currículos, procedimentos e metodologias pedagógicas de acordo com suas necessidades, bem como a atuação de professores qualificados, e em virtude de sua deficiência, informar sua terminalidade específica diante da não conclusão que ao nível fundamental é exigido, como também menor tempo para os discentes considerados superdotados. Oferecer uma educação especial inclusiva para o mundo do trabalho, aderindo possibilidades a esse sujeito de ingressar no cenário profissional mediante, principalmente, a articulação com os órgãos oficiais. E mesmo reconhecimento que os demais possuem diante dos benefícios disponibilizados pelos programas sociais, para respectivo nível de ensino regular.

Contudo, em pesquisa de campo efetivada, verificou-se que só há disponibilidade de informações e documentações oficiais do ano de 1994 aos dias atuais, pois como a Declaração de Salamanca diz:

Todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem incluir crianças deficientes ou superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizadas... (BRASIL, 1996).

Entretanto, segundo dados coletados, observa-se no município de Cametá, que depois da Declaração de Salamanca (1994), apenas algumas escolas de zona urbana, tais como as EMEFs. Santa Maria, Coronel Raimundo Leão, Santa Santos, Raimunda Barros, Noêmia da Silva Martins, Dom Romualdo de Seixas e o antigo colégio Dom Romualdo Coelho, e de cunho rural a escola dos arredores do interior da Vila de Mupí Torrão, a EMEF. Francisco Xavier, contendo as salas especiais segregadas, iniciando assim o processo de educação especial/inclusiva com característica no cenário da integração.

Em meio aos procedimentos de pesquisa, análise e coleta de informações contextualizou-se que de fato a educação inclusiva no município, oficialmente inicia no ano de 2013, quando o Ministério da Educação (MEC) “pressiona” os municípios brasileiros a aderirem de fato às características de uma educação especial inclusiva, desde suas estruturas físicas, até à formação e qualificação de professores e demais membros que fazem parte desse contexto.

Nas memórias dos sujeitos da pesquisa, os desafios enfrentados aparecem com bastante destaque, como o relato de uma das entrevistadas, que relembra suas experiências dizendo:

Nós íamos de barco, acordávamos cedo, eu e mais algumas colegas, que também eram professoras. Nos destinávamos às localidades ribeirinhas em busca de alunos e identificar esses sujeitos. Enfrentamos muitas dificuldades, e uma das mais marcantes era o não aceitação da própria família do sujeito deficiente, havia uma forte resistência, e eles diziam não meu filho não é deficiente, não é. Às vezes esses familiares nos tratavam mal, com ignorância, mas nós buscávamos entender, conversar e tentar achar o melhor caminho possível para explicar aqueles familiares a importância do nosso trabalho, e que estávamos lá pra ajudar (professora B).

Em face do exposto, são grandes os desafios quando se busca por uma educação de qualidade, com o objetivo de fazer a diferença, e o professor é instrumento fundamental neste processo, a este é dado a missão de transformar vidas desde a infância, à vida adulta. Este (professor) desempenha papéis relevantes na vida de um aluno, e sua formação de valores éticos e morais também lhe competem juntamente com a família desta criança, e isso se caracteriza como valorização das diferenças, e disseminação do respeito, a fim de junto construir uma sociedade justa e igualitária a todos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da educação especial inclusiva é um desafio em todos os sentidos, e isso está presente desde sua síntese histórica, onde se evidenciam lutas principalmente por respeito às diferenças, e reconhecimento de direitos pelas próprias pessoas tidas “diferentes”, diante de uma sociedade que se julga democrática, mas ainda se revela de muitos modos excludentes.

Assim, verificou-se que o artigo buscou resgatar o registro da história da educação especial na perspectiva inclusiva no município de Cametá, evidenciando que este é de suma importância para recuperar memórias ricas de informações até então desconhecidas por muitos, e que este trabalho possibilitou conhecer pessoas importantes dessa história e conseqüentemente fazer um justo registro e reconhecimento de suas contribuições. Levando em consideração que este artigo abre caminhos para possíveis estudos de aprofundamento do assunto a quem se interessar em pesquisar esse tema e suas vertentes, pois há uma carência documental muito grande de informações desse contexto aqui discutido.

## REFRÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo : Atlas 2003.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**, 5ª Ed., São Paulo, SP: Cortez, 2005.

RAGO, Margareth. **O efeito – Foucault na historiografia brasileira**. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo. 7 (1-2): 67-82, outubro de 1995.